

RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.723 - RS (2015/0288317-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : JOÃO FRANCISCO DE MATTOS BARBOSA
ADVOGADOS : FELIPE NÉRI DRESCH DA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS033779
RUI FERNANDO HUBNER - RS041977

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com respaldo na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 667):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não guardando os valores supostamente pagos de forma indevida pela embargante qualquer relação com o crédito executado, mostra-se inviável a compensação entre eles.
2. O Conselho Nacional de Justiça, no Procedimento de Controle Administrativo nº 0007312-42.2009.2.00.0000, reconheceu a desnecessidade de devolução dos valores supostamente pagos a maior pela Administração a título de função comissionada, quando cumulada com a parcela de quintos.
3. Segundo entendimento firmado pelo STJ no julgamento do REsp 1.235.513/AL, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, a compensação somente pode ser alegada na execução nos casos em que não pôde ser arguida no processo de conhecimento.

Embargos de declaração parcialmente acolhidos apenas para fins de prequestionamento (e-STJ fls. 684/690).

Nas suas razões, a parte recorrente aponta violação dos arts.: (a) 535, II, do CPC/1973, tendo em vista a "inadequada aplicação da legislação em referência, que importam evidente excesso de execução e enriquecimento sem causa da exequente, o que, data vênia, não restou observado pelo acórdão recorrido" (e-STJ fl. 699); (b) 467, 474, e 741, V e VI, do CPC/1973 e 368 do Código Civil, argumentando a existência de excesso de execução decorrente da não compensação dos valores pagos na via administrativa.

Por fim, assevera que não há inovação do título executivo, porque a compensação teria por objeto matérias que se correlacionam, afirmando que "a vinculação da FC com a VPNI de quintos é direta." (e-STJ fl. 701)

Contrarrazões às e-STJ fls. 714/730.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"

(Enunciado Administrativo 2).

Estabelecida essa premissa, impõe-se afastar, desde logo, a indigitada ofensa ao art. 535 do CPC/1973, visto que o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se observando, na espécie, nenhuma contrariedade da norma invocada.

Sobre a hipótese: AgRg no AREsp 750.650/RJ, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 30/9/2015; AgRg no AREsp 493.652/RJ, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 20/6/2014.

Quanto ao mais, o Tribunal de origem afirmou que a União não poderia mais suscitar o tema relativa à compensação, sob pena de afrontar a coisa julgada, pois poderia ter arguido o tema na fase de conhecimento e não o fez (e-STJ fls. 663/665):

[...]

Na verdade, pretende a embargante, em processo que figura como executada, a constituição de um crédito em seu favor, totalmente estranho àquele lhe é cobrado, com a consequente compensação entre os respectivos valores.

Tal pretensão, por óbvio, não pode prevalecer, devendo os valores pagos indevidamente pela União aos seus servidores serem cobrados pelos meios próprios, não servindo os embargos à execução ao fim pretendido.

Ademais, o Conselho Nacional de Justiça, no Procedimento de Controle Administrativo nº 0007312-42.2009.2.00.0000, reconheceu a desnecessidade de devolução, em casos como o presente, dos valores supostamente pagos a maior pela Administração a título de função comissionada, quando cumulada com a parcela de quintos.

[...]

Por fim, registra-se que a pretendida compensação já poderia ter sido suscitada pela União no processo de conhecimento, não havendo, entretanto, qualquer autorização neste sentido no título exequendo, razão pela qual não pode tal pedido ser agora acolhido, sob pena de ofensa à coisa julgada.

Essa conclusão se acha em consonância com o entendimento firmado nesta Corte em sede de recurso repetitivo (REsp 1.235.513/AL, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe 20/08/2012), segundo o qual, "inexistindo previsão no título judicial acerca da limitação temporal, não pode o fato ser alegado em embargos à execução, sob pena de ofensa à coisa julgada" (AgRg no REsp 1.561.548/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016).

Com isso, há ensejo para a aplicação da Súmula 83 desta Corte.

Demais disso, dissenter do acórdão recorrido para entender que "o título transitado em julgado garantiu a parte o recebimento das diferenças, mas não traçou os parâmetros para seus cálculos" (e-STJ fl. 544), demanda necessário revolvimento do acervo probatório dos autos, o que é vedada na via do especial pelos termos da Súmula 7 deste Tribunal.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS. FUNÇÃO COMISSIONADA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO VERIFICADO PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. COMPENSAÇÃO COM VALORES RECEBIDOS ADMINISTRATIVAMENTE. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. Na espécie, o Tribunal de origem, ao apreciar a controvérsia acerca da existência de excesso de execução e possibilidade de compensação com valores recebidos administrativamente, interpretou os arts. 333, incisos I e II, 741, incisos I a VII, 460 e 475 do CPC, a partir de documentos e argumentos de natureza eminentemente fática. Nesse caso, não há como aferir eventual violação dos dispositivos tido por afrontados sem que se reexamine o conjunto probatório dos presentes autos, tarefa que, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame. Precedentes.

4. Nos termos da sistemática processual, o julgamento extra petita refere-se à concessão de pedido diverso do pretendido e não, frise-se bem, de seu fundamento, que é livre desde que motivado conforme inteligência do art. 131 do CPC. Logo, não ocorre julgamento extra petita quando o juiz aplica o direito ao caso concreto sob fundamentos diversos aos apresentados pela parte. Não há falar, assim, em violação dos arts. 128 e 460 do CPC.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.568.630/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 11/02/2016).

Prejudicadas a análise acerca da alegada correlação entre as verbas entre as quais se pretende seja realizada a compensação.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator